

Os organismos públicos gastaram, em média, 15,2 milhões de euros por ano em contratação externa de assessoria jurídica entre 2014 e 2016, o que representa mais 4,9 milhões do que no triénio anterior e quase o dobro do registado entre 2008 e 2010.

Esta é a principal conclusão da análise do Dinheiro Vivo com base nos contratos publicados no portal Base. Um número que até peca por defeito, uma vez que, por um lado, muitos serviços do Estado não publicam os seus procedimentos de aquisição de bens e serviços no portal dos contratos públicos, e, por outro, a pesquisa do Dinheiro Vivo não abrangeu todos os contratos com todos os escritórios de advogados. Isto, porque o valor dos contratos apurados numa pesquisa inicial pelas palavras “assessoria/consultadoria jurídica” era claramente reduzido, tendo em conta alguns dos contratos conhecidos, nomeadamente do Banco de Portugal (liquidação do BES e Fundo de Resolução do Novo Banco) e do Metropolitano de Lisboa (no processo instaurado pelo banco Santander por causa dos contratos swap).

Os totais agora apurados resultam de uma segunda pesquisa pelos números de contribuinte das principais sociedades de advogados. A análise do Dinheiro Vivo permitiu concluir que a média de contratos celebrados no período em análise (2014 a 2016) foi de 891, mais 168 do que no triénio 2011/13 e mais 264 do que entre 2008/10.



[Artigo integral](#) com textos complementares publicados no [Jornal de Notícias](#)